

Resumo: O relato da separação entre o Povo Eleito e o Estado de Israel consta nos livros da Bíblia, que narram, de primeira mão, os acontecimentos históricos e citam a Deus como testemunha de quem os causou. Os líderes de Israel instituíram uma liturgia em memória da catástrofe nacional, para reparação da culpa pelas transgressões, e para reconciliação dos remanescentes com Deus, valendo-se da nova Aliança apregoada pelo profeta Jeremias, e instituída por Deus com os sobreviventes do Povo Eleito. A insigne tarefa que lhes foi incumbida era a de constituírem uma comunidade de fé, que fosse emancipada do Estado teocrático de Israel, sem o respaldo de qualquer instituição estatal. Era o paradigma da religião revelada, a ser implantada entre todos os povos para a salvação da humanidade.

Abstract: The separation between the Chosen People and the State of Israel is narrated in the account of the destruction of Jerusalem and the deportation of its citizens, extant in the Bible, which attributes the cause to external aggression with no connection with a political or social turmoil from within the nation. The leaders of Israel instituted a memorial liturgy to be held in memory of the national disaster, in order to make reparation of the transgressions and to reconcile with God all the inhabitants, by means of the new Covenant sealed by the prophet Jeremiah and ratified by God on behalf of the survivors of the Chosen People. The immense task imposed on them was to establish a faith community framed in a new social and political setting, free from the framework of the theocratic State of Israel and emancipated from the tutelage of any kind of Jewish national institution so that the biblical religion to be implanted from now on was to be presented to all peoples and nations as the only paradigm for the salvation of humankind.

Separação entre o Povo Eleito e o Estado de Israel

Luis I. Stadelmann, SJ*

* O autor, Doutor em Língua e Literatura Semítica, Cincinnati, e Mestre em Ciências Bíblicas, Roma, é Professor no ITESC.



Introdução

A destruição de Jerusalém e o Exílio de seus habitantes, no começo do século VI r, tiveram um grande impacto sobre o Povo Eleito não somente na área política e na vida social, mas também, no âmbito litúrgico. Doravante se divide a história do povo de Israel em dois períodos: o pré-exílico e o pós-exílico. Além disso, surgiu uma preocupação dos israelitas de todos os tempos, instigando-os para saber, se houve uma ruptura irreparável entre os dois períodos ou uma continuidade histórica. Surgiu também um questionamento sobre as formas institucionais da religião de Israel após a destruição de Jerusalém, do templo, da realeza e do Estado teocrático. O impacto da catástrofe nacional se concentrava no fato de terem sido destruídas as instituições mais sagradas de Israel, representando os quatro sinais da Eleição divina do Povo Eleito. Enquanto essas instituições estavam de pé, bastava aos fiéis contextualizar aí sua vivência da fé em comum, sua frequência assídua na liturgia e a participação nos grupos de formação religiosa, comprovando que estavam vivendo sob a *Eleição* divina. Na verdade, o destino de Deus na história estava vinculado ao destino do povo de Israel. Além disso, estava ligado a um princípio que transcende a categoria gnosiológica, pois lembrava aos fiéis que estavam unidos a Ele não por servidão a um Deus tutelar, mas pelos laços de amizade ratificada pela *Aliança* sagrada. Em outras palavras, a presença de Deus não era um assunto da categoria da universalidade da verdade e dos valores absolutos e autônomos, mas da revelação divina sobre a mediação do Povo Eleito como instrumento de realização do desígnio salvífico de Deus na história.

Liturgia em memória da destruição de Jerusalém

A celebração do culto religioso pela comunidade dos fiéis evoca simbolicamente não apenas o ciclo da vida e das experiências sazonais da natureza, mas partilha principalmente a recordação dos eventos da esfera pública na sociedade civil. Reflete também, precipuamente, as situações marcantes que afetam o rumo da História da Salvação. Ora, os eventos trágicos que o Povo Eleito sofreu com o colapso total do Reino do Norte, de Israel, um século e meio antes, quando aconteceu a invasão do exército do Império Assírio (em 721 a.C.), causando a redução das doze tribos até restarem apenas duas. E, por acúmulo da desgraça, chegou a vez do Reino do Sul, de Judá, cujas duas tribos restantes tiveram que aturar a



destruição de sua pátria pelo Império Babilônio (em 587 a.C.). Não se tratava apenas da extinção da nação e da escravização dos habitantes que sumiram do mapa desde tempos antigos, e ao longo de vários séculos, mas abriu-se uma lacuna na História da Salvação, deixando à mercê de um futuro incerto os remanescentes do povo de Israel.

Entretanto, a extinção da estrutura tribal do povo israelita não suprimiu as comunidades de fé. Por isso, os líderes do povo, enquanto guardiões da tradição religiosa, estavam ansiosos por salvar do esquecimento a herança do patrimônio espiritual do povo de Israel. Instituíram, pois, um memorial litúrgico para relembrar aos fiéis, na presença de Deus, o impacto dessa catástrofe nacional. A intenção da celebração litúrgica não era reavivar uma nostalgia ou saudosismo do passado, mas visava apelar a Deus para criar uma nova obra salvífica a fim de compensar as perdas sofridas. Se fosse apenas uma recordação dos acontecimentos trágicos, seria mero memorial da lembrança coletiva do povo, sem servir como fator de coesão dos remanescentes, reunidos em oração litúrgica para pedir a intervenção de Deus na história. Embora constituíssem apenas uma minoria, cercados por uma maioria de seguidores de outras religiões, eram, todavia, membros do Povo Eleito, destinados a integrar o resto dos israelitas do Norte e, também, dos judeus do Sul. É que não havia começado em Israel a obra missionária em grande escala para converter os prosélitos ao Povo de Deus. Sem o incremento de novos membros, as comunidades de fé diminuían intensivamente cada vez mais, com grave risco de desaparecerem pouco a pouco. Se viessem a faltar os fiéis na “Terra Prometida”, Deus não teria colaboradores a seu dispor para realizar o desígnio salvífico entre os povos.

O luto nacional durante setenta anos (586-520 a.C.)

O motivo da instituição da liturgia em memória da catástrofe nacional surgia da convicção, entre as lideranças religiosas de Israel, de que a fé em Deus corria o risco de diluir-se em vagas reminiscências de sentimentos saudosistas do seu patrimônio cultural e religioso, caso não houvesse uma religião, com suas práticas e grupos de oração, que garantisse a vivência da fé em comunidade. Lembranças religiosas do passado costumam restringir-se a meras ideias que dificilmente influenciam mentalidades de gerações futuras e, muito menos, se enraízam em vivências que empolgam os fiéis, cujas atitudes influenciam o próximo. Em poucas palavras: fé em Deus, sem religião, está com os dias contados.



Por isso, após a destruição de Jerusalém (em 587 a.C.), os líderes religiosos instituíram o dia de luto nacional e de jejum, no quarto mês, em memória da queda de Jerusalém; no quinto mês, em memória do incêndio do Templo; no sétimo mês, em memória do assassinato do governador Godolias (Jr 41,1-2); no décimo mês, em memória da extinção do Estado de Judá por ordem de Nebuzaradan, comandante do exército babilônio, e ministro de Nabucodonosor, rei da Babilônia (2Rs 25,8-9). O Reino de Judá caiu em poder do inimigo estrangeiro como vítima da política expansionista do Império da Babilônia, que se estendia desde a Mesopotâmia até a Palestina.

A espiritualidade dos fiéis, nas reuniões cultuais durante o rito penitencial, por ocasião do dia de luto nacional, estava transida de lástima pelas instituições que não existiam mais. Mas, no fundo, tratava-se de uma queixa amarga pela ausência de Deus, e precisamente no momento, quando sua presença atuante junto aos fiéis fazia tanta falta. Foram redigidas cinco elegias¹, inseridas no *Livro das Lamentações* sobre “Jerusalém desolada” (1ª elegia); “O dia da ira do Senhor” (2ª elegia); “Esperança em meio à aflição” (3ª elegia); “A dimensão do Juízo divino” (4ª elegia); “Súplica de clemência e restauração” (5ª elegia).

Elegia à nação destruída

A segunda elegia do *livro das Lamentações* (Lm 2,1-22) estilizou em versos os pungentes lamentos pela ação de Deus como *causa principal* da destruição de Jerusalém e das instituições sagradas, ao passo que os inimigos são meramente *causa instrumental*. Entre os escombros da devastação geral são mencionados os seguintes resíduos: as muralhas de Sião (2,1.4.8), a Arca da Aliança (2,1)², os emblemas da realeza (2,2.6), o lábaro do Estado de Israel totalmente extinto (2,5), os ornamentos do

¹ As cinco elegias contêm 22 estrofes; as quatro primeiras são compostas em acrósticos alfabéticos, ao passo que a quinta não tem o formato poético do acróstico, pois consiste numa lamentação coletiva. As letras com nomes hebraicos correspondem, em ordem ascendente, à escrita do alfabeto com letras semíticas.

² A “Arca da Aliança” é designada simbolicamente como “o esplendor da santidade” (SI 96,9) ou “escabelo dos pés de Deus” (SI 99,5; Lm 2,1).



templo (2,7), as pedras do altar (2,7), os símbolos dos sacerdotes (2,20) e dos profetas (2,20), e as casas dos habitantes do país (2,20-22)³.

I. ALEF

*¹ Como ofuscou, indignado,
o Senhor, a filha de Sião⁴.
Precipitou do céu à terra
o esplendor de Israel;
não se lembrou do escabelo de seus pés,
no dia de sua cólera.*

II. BET

*² Senhor destruiu sem piedade
todas as Campinas de Jacó;
demoliu em seu furor
as fortalezas da filha de Judá;
lançou por terra e executou
a realeza e seus príncipes.*

III. GUIMEL

*³ Despedaçou no ardor de sua cólera
todo o poder de Israel;
recolheu sua destra
ante o inimigo;
inflamou-se dentro de Jacó como fogo crepitante
que devora tudo em redor.*

IV. DALET

*⁴ Como inimigo retesou seu arco,
alçou a mão direita
e, como adversário, trucidou
tudo que alegrava os olhos;
sobre a tenda da filha de Sião
alastrou como fogo a sua ira.*

³ Cf. John Skinner, *Jeremias, Profecia e Religião*, (Trd. de Rubem Alves), ASTE, São Paulo, 1966, esp. 257s.

⁴ O nome de "Sião" encontra-se na Bíblia (2Sm 5,7), como nome da fortaleza situada no monte Ofel, ao sudeste do Templo. O mesmo nome é dado também, alhures, à colina ao norte, onde se situa o Templo e, por extensão, a toda a Cidade Santa. Existiam, portanto, duas instituições no "Monte Sião": o Templo, no lado norte, e o palácio real, no lado sul, ambos guarnecidos por muralhas. Desde então se usavam como sinônimos as expressões "fortaleza de Sião" e "cidade de Davi" (1Cr 11,5) para indicar a cidade de Jerusalém. A designação da capital do país com o nome de Sião visava ressaltar a importância de Jerusalém como centro político e religioso de Israel.



V. HE

*⁵ O Senhor portou-se como inimigo
e abateu Israel⁵;
abateu-lhe todos os palácios
e arrasou suas fortalezas;
multiplicou na filha de Judá
lamentação e pranto.*

VI. WAW

*⁶ Devastou sua cabana bem como o jardim,
e arrasou seu lugar de reunião.
O SENHOR fez esquecer em Sião
solenidade e sábado;
rechaçou no furor de sua ira
o rei e o sacerdote⁶.*

VII. ZAIN

*⁷ O Senhor repudiou seu altar⁷
e execrou o santuário⁸;
entregou em mãos dos inimigos
os muros de seus palácios;
e eles levantaram a voz no templo do SENHOR
como em dia de assembleia.*

VIII. HET

*⁸ O SENHOR resolveu arrasar
a muralha da filha de Sião;
estendeu o cordel e não retirou
sua mão antes de abatê-la;
fez gemer baluarte e muralha
e juntos desmoronaram...*

XVII. AIN

¹⁷ Realizou o SENHOR quanto havia decretado,

⁵ A extinção do Estado teocrático de Israel acarretou a eliminação das estruturas estatais que tinham dado respaldo e proteção às equipes do ensino religioso.

⁶ O rei de Judá era Sedecias que foi aprisionado e deportado para Babilônia, onde faleceu (Jr 39,4-7). Com a morte violenta dos sacerdotes acabaram os ministros do culto que residiam em Jerusalém, sem incluir os sacerdotes da redondeza e de outros povoados que ficaram poupados do morticínio.

⁷ A referência ao altar consta do rol de objetos destruídos e não da profanação. Por isso, o altar dos holocaustos pôde ser reconstruído, porque consistia numa pilha de pedras encimada por uma lápide para as oferendas. Esse altar reconstruído foi utilizado novamente para o incenso e a oblação de oferendas (Jr 41,5).

⁸ O "santuário" mencionado aqui é sinônimo do Templo de Jerusalém.



*cumpriu sua palavra
que pronunciara desde os tempos antigos;
arrasou sem compaixão,
fez regozijar-se de ti o inimigo
e exaltou o poder de teus adversários...*

XX. RESH

*²⁰ Vê, SENHOR, e considera
a quem assim trataste!
Deviam as mulheres comer seu fruto,
as crianças de seu carinho?
Deviam ser trucidados no templo do Senhor
sacerdotes e profetas?⁹*

XXI. SHIN

*²¹ Jazem por terra nas ruas
meninos e velhos;
minhas virgens e meus jovens
caíram sob a espada.
Mataste no dia de tua ira¹⁰,
massacraste sem piedade;*

XXII. TAW

*²² convocaste, como para uma festa,
os terrores que me cercam.
No dia da ira do SENHOR não houve
quem se salvasse e fosse poupado.
Aos que criei e eduquei,
meu inimigo os exterminou (Lm 2,1-8.17.20-22).*

Diante das ruínas fumegantes de Jerusalém e das cidades arrasadas no território da Judeia, os refugiados da população remanescente identificam os vestígios que restaram da civilização israelita. À luz da localização dos objetos, e a partir dos resquícios dos antigos moradores, os *sábios*, atuando como homens de Deus e autores da “Literatura Sapiencial”, compuseram as *Lamentações*, para ficarem consignados por escrito, não apenas o elenco dos restos que foram encontrados no monte Sião e alhures, na região da Palestina, mas o que serviu de indício para recordar o lamento pela perda de vidas humanas e pela extinção do Estado

⁹ “Os sacerdotes e profetas” são mencionados na referência aos ministros do culto e líderes religiosos que foram trucidados na destruição do Reino do Norte e do Reino do Sul.

¹⁰ “Dia da ira de Javé” é expressão idiomática da Bíblia, referindo-se à punição divina aos malfeitores; prefiguração do *juízo final*.



judaico. Havia, porém, uma testemunha ocular, o profeta Jeremias, que presenciou não só a catástrofe nacional, mas também os antecedentes históricos desde a queda do Império Assírio (em 627 a.C.), até o apogeu do Império Babilônio (em 604 a.C.), e a queda de Jerusalém (em 587 a.C.)¹¹. Foi ele que viu também a má sorte dos israelitas que se refugiaram no Egito, mas lamentavelmente, sofreram um fim inglório que ele próprio renunciara aos fugitivos na terra estrangeira.

O profeta Jeremias como vítima da catástrofe nacional

Fonte de novo alento para os fiéis reunidos nas reuniões de culto eram as mensagens de encorajamento do profeta Jeremias. Era preciso que um *profeta*, como homem de Deus e mensageiro da palavra divina, pregasse nova esperança ao povo, e motivasse a todos para se engajarem na promoção da coesão social, quando os partidos políticos não puderam dar a sustentação às estruturas do Estado diante da ameaça de desestabilização da ordem pública, por ocasião da expansão do imperialismo babilônico. Jeremias era reconhecido como homem de influência e autoridade em Israel, tanto pelos conquistadores como pelos cidadãos e, sobretudo, era tido como portador da mensagem de salvação para os habitantes do país. Era o profeta Jeremias incumbido por Deus para indicar o rumo ao resto do Povo Eleito e seu papel na história em meio à crise social e política. Oráculos proféticos eram, ao mesmo tempo, respostas a perguntas concretas. Mas a interpretação do rumo da História da Salvação, como também, a intuição sobre o papel dos seus protagonistas, ficava ao encargo do profeta¹². Se Deus lhe revelar um oráculo sobre os desígnios salvíficos, será, contudo, da alçada do profeta suscitar medidas concretas para selecionar os efetivos que pusessem em prática a obra da salvação. Diante da diminuição desses efetivos, Jeremias buscava alternativas. Ora, a população autóctone de Judá estava lutando para sobreviver, e mal podia endossar um plano de fornecer reforços à reconstituição do tecido social. Um grupo de judeus da elite migrou para o Egito, arrasando Jeremias para o exílio, embora mal pudessem manter-se no país estrangeiro, sucumbindo todos (Jr 42, 18-22). O próprio profeta Jeremias morreu no Egito, sem ter chance de comprovar o acerto de suas profecias

¹¹ J. Luís Sicre, *Profetismo em Israel*, (Trd. de J.L. Baraúna), Petrópolis, Vozes, 2008; Joel Rosenberg, "Jeremias", em R. Alter e F. Kermode, *Guia literário da Bíblia*, (Trd. de R. Fiker), Ed. UNESP, São Paulo, 1997, esp. p. 199-221.

¹² Cf. A. Josef Scharbert, *Die Propheten Israels um 600 v.Chr.* Bachem, Köln 1967.



e ver concretizar-se o surgimento do “povo restaurado no futuro”, como se expressa o autor de um Salmo pós-exílico (Sl 102,19).

O legado profético de Jeremias tornou-se um incentivo para os esforços da restauração do Povo Eleito¹³. Antes de tudo, era preciso aumentar o número dos seus membros. Por isso, ele contou com o retorno dos exilados do Reino do Norte de Israel, que tinham sido deportados pelos assírios para a Mesopotâmia, um século antes (em 721 a.C.). Além disso, era de prever o problema que haveria de surgir com o retorno dos exilados à pátria, e o desafio da integração com os habitantes do país. Da solução a eventuais confrontos entre grupos humanos de diversa procedência, por ocasião da repatriação dos membros do Povo Eleito, dependerá o êxito da restauração da população. O salmista condiciona a integração, em nível religioso, à mútua aceitação dos remanescentes dos israelitas do Norte e dos judeus do Sul. Esses é que são mencionados como “irmãos na fé” (Sl 50,20). Este salmo litúrgico foi composto para a celebração da renovação da aliança entre Deus e o Povo Eleito e data do período pós-exílico.

O tema da *coesão social* entre judeus repatriados e habitantes autóctones de Judá tornou-se atual no fim do Exílio da Babilônia. Quando foi promulgado o edito do rei Ciro da Pérsia, os judeus da Babilônia receberam a permissão de retornarem à pátria. As primeiras levas de exilados puseram-se a caminho rumo à Palestina com o aval do império persa (em 538 a.C.)¹⁴. O incentivo do profeta Jeremias ao movimento de integração dos israelitas do Norte e dos judeus do Sul era muito mais do que um movimento de imigração, porque se visava estreitar os laços entre a tradição religiosa dos judeus e, não propriamente, o lugar de reassentamento dos imigrantes. Aliás, os territórios dos antigos reinos de Judá e de Israel já estavam habitados, sem espaço para sediar migrantes.

¹³ Cf. A. Gelin, “Jérémie (le livre de)”, *Dictionnaire de La Bible, Supplément IV*, Letouzey & Ané, Paris, 1949, col. 857-889.

¹⁴ O tema da coesão social entre judeus repatriados e habitantes autóctones de Judá é desenvolvido no livro do *Cântico dos Cânticos*, cuja característica literária se baseia na técnica de apresentar, mediante um texto cifrado, a temática que permite decifrar a mensagem do autor da literatura sapiencial da Bíblia. O motivo que o levou a velar o sentido sob a roupagem de cantigas de amor não foi o enlevo do poeta face ao inefável ou a tentativa de enveredar pelas esferas da alegoria, mas a prudência política para cobrir aos olhos das autoridades persas a promoção do nacionalismo judaico, pois poderia suspeitar um movimento de insurreição contra a dominação estrangeira. Cf. L. Stadelmann, *Cântico dos Cânticos*, Ed. Loyola, São Paulo, 2. ed. 1998.



Bastava, portanto, que se iniciassem as peregrinações para a Terra Prometida, por ocasião das solenidades, para que os romeiros participassem da celebração litúrgica do Povo Eleito, de sorte que sua volta à terra de origem significava a convergência ao centro religioso e a irradiação da fé entre familiares e conhecidos.

A instituição da nova Aliança (Jr 31,31-34)

A “Aliança” sagrada é uma das duas colunas da religião de Israel, e tem sua origem por revelação divina ao Povo Eleito no monte Sinai. Sua característica é fundamentar a relação entre Deus e seu povo pelos laços de amizade e, não por servidão, como entre os povos pagãos em sua veneração do deus tutelar. A finalidade da Aliança sagrada é de mediação da *salvação* divina dentro de dois âmbitos: na *comunidade de fé* e na *comunidade ética*. Sua vigência é perene para os fiéis do AT e do NT, mas admite uma atualização quanto ao uso dos meios, dos mediadores e das mediações na história da salvação. Em outras palavras, não basta ter fé em Deus, é importante, também, acolher os meios do encontro d’Ele conosco.

É de notar que a Aliança do Sinai estava associada a uma religião ligada ao nacionalismo judaico. Entretanto, não é o direito de cidadania que garante aos fiéis o benefício da Aliança sagrada, pois essa não se adquire por nascimento, nem por herança, nem por osmose, mas por um ato de adesão pessoal a Deus. Aliás, o Templo, a cidade de Jerusalém, o sacerdócio e o culto religioso tinham função assessória para canalizar as bênçãos divinas às respectivas áreas de seu alcance. Além disso, é bom lembrar que a Aliança sagrada não se reduz a uma ideia nem é mero conteúdo conceitual, cuja relevância deixaria de ser virtual, desde que a mente humana começasse a pensar nisso. Pois a eficácia dessa Aliança se torna atual, toda vez que for ratificada pelo sacrifício oferecido na liturgia da comunidade de fé¹⁵.

Em pauta está a novidade dessa Aliança. O próprio profeta Jeremias apresenta a inovação e o conteúdo essencial:

¹⁵ Veja-se o rito de ratificação da nova e eterna Aliança de Cristo no NT, celebrada em cada S. Missa.



³¹ *Dias virão – oráculo do SENHOR –, quando hei de fazer uma nova Aliança com a casa de Israel e a casa de Judá.* ³² *Porém, será diferente da que concluí com seus pais em que os tomei pela mão para fazê-los sair do Egito. Essa Aliança eles violaram, por isso os rejeitei, mas continuei senhor deles – oráculo do SENHOR* ³³ *Esta é a Aliança que farei com a casa de Israel a partir daquele dia – oráculo do SENHOR: colocarei a minha lei no seu coração, vou gravá-la em seu coração; serei o Deus deles, e eles, o meu povo.* ³⁴ *Ninguém mais precisará ensinar seu irmão, dizendo: “Procura conhecer o SENHOR!” Do menor ao maior, todos me conhecerão – oráculo do SENHOR. Já terei perdoado suas culpas; de seu pecado nunca mais me lembrarei.*

A novidade da Aliança está no valor perene e no objetivo de substituir a antiga Aliança do Sinai. É que a antiga se tornou ineficaz e, por isso, uma nova Aliança precisava ser estabelecida para vincular a comunidade de fé com Deus, após o desaparecimento das estruturas do Estado (Reino do Norte e do Sul), do governo monárquico de Davi, da nação (de Israel), do Templo (o santuário nacional) e da cidade de Jerusalém (a sede do governo central). Doravante haveria referência a *Sião*, lugar litúrgico e local do altar dos holocaustos (Jr 31,6.12), onde os sacerdotes oficiariam a liturgia sagrada, ratificando a Aliança (Jr 31,14). Esses é que são os elementos de uma religião viva (cultivada na comunidade de fé), e não uma fé em Deus sem religião.

A substituição da antiga por uma nova Aliança é da iniciativa divina¹⁶. No futuro, Javé agirá diretamente sobre o coração do ser humano (v.33); a Lei divina não será mais gravada em tábuas de pedra, mas no coração, sem que se tenha de ensinar (v.32-34). O conhecimento de Deus estará baseado na *experiência do perdão* dos pecados¹⁷ e na *expressão do louvor divino* e, por isso, não se precisa de outros meios externos, como, p. ex., o ensino dos “preâmbulos da fé” ou de uma “teologia apologética” com argumentos sobre a existência de Deus (v.34). Permanecendo, todavia completamente nacional, a religião será, pois, *personalizada*. Vale dizer, que os fiéis estarão sob a moção do Espírito de Deus que mora no seu coração. Entretanto, não se dispensa o papel

¹⁶ Cf. N. Flüglister, “Jeremias”, em J. Schreiner, *Palavra e Mensagem do Antigo Testamento*, (Trd. de B. Lemos), Ed. Teológica, Ed. Paulus, São Paulo, 2. ed., 2004, 239-258.

¹⁷ Com base na experiência da reconciliação com Deus foi instituída a “liturgia penitencial”, com seus nove elementos constitutivos, dando origem aos Salmos penitenciais, (Sl 6; 32; 38; 51; 102; 130; 143), cf. L. Stadelmann, *Os Salmos: Comentário e Orações*, Ed. Vozes, Petrópolis, 2001, p. 44-46.



da comunidade de ensinar o conhecimento de Deus à luz da revelação, como se fosse possível substituí-la por uma espécie de intuição humana ou ideias inatas surgindo espontaneamente do subconsciente. Na verdade, Deus tem muitas maneiras de manifestar-se à nossa alma, nunca, porém, por meio de veleidades da psique ou impulsos do capricho, ou ainda, por tendências sublimadas da natureza humana. A inspiração divina age sobre nossas faculdades superiores, do intelecto e da vontade, pois fomos criados à imagem e semelhança de Deus¹⁸.

Entretanto, “personalizar” não significa imprimir-lhe uma dimensão intimista, mas visa realçar a experiência da presença de Deus através da voz da consciência no coração do indivíduo (prevenindo, encorajando, inculcando ou felicitando), e através da expressão do louvor de Deus (pelas obras da criação e providência divina na História da Salvação). Essa presença divina não é difusa e vaga, como intuição a partir da doutrina da onipresença de Deus, mas resulta da vivência da fé na celebração litúrgica¹⁹.

A nova Aliança dá acesso a uma nova forma de *presença de Deus*: sem Templo, sem monte Sião, sem Jerusalém, sem o respaldo das estruturas de um Estado. Mas o que realmente importa é que deve haver uma religião com práticas específicas de adoração de Deus, sem imiscuir ritos de civismo judaico. Entretanto, essa nova Aliança precisava ser ratificada por um sacrifício oferecido num rito religioso. Por isso, em qualquer conjuntura política, social ou cultural, nunca deveria faltar a liturgia da oferta do sacrifício a Deus, em reconhecimento pela Aliança sagrada. Apesar da destruição do Templo pelos babilônios (em 587 a.C.), continuava a oferta de sacrifício, como revela a romaria de um grupo de fiéis, sobreviventes de Israel e Judá, vindos de Siquém, Silo e Samaria para a oblação de oferendas no *altar* em Jerusalém (Jr 41,5).

¹⁸ Essa *hendíadis*, associa duas dimensões de auto-transcendência do homem: “imagem” (hebr.: *selem*), de ordem natural, i.e. inteligência, e “semelhança” (hebr.: *demut*), de ordem sobrenatural, i.e. graça santificante.

¹⁹ Em virtude da nova Aliança, revelada por Jeremias, foi instituída a liturgia de “renovação da Aliança” (Sl 50; 81; 95), após o Exílio; cf. L. Stadelmann, *op. cit.*, p. 38.



Separação entre comunidade de fé e sociedade civil

Jeremias viu que a religião, para durar, deveria ser *emancipada* das instituições nacionais do Estado de Israel, que não lhe dariam mais respaldo e sustentação, de sorte que o aparato externo, revestindo a revelação de Javé ao Povo Eleito, teria que ser removido da fé bíblica²⁰. O pressuposto dessa emancipação é que a iniciativa não poderia ser de ninguém mais senão o próprio Deus, porque só Ele seria capaz de fazer um expurgo de todos os acréscimos à religião do povo de Israel. É que muitas dessas instituições tiveram sua origem em tradições muito antigas, cuja longevidade comprovaria o fato de estarem sob a égide de Deus.

Esses acréscimos foram destruídos pelo exército babilônio, sem dó nem piedade, para erradicar qualquer resquício de insurreição em defesa dos símbolos da religião dos vencidos. Foram arrasados: Jerusalém, a “Cidade Santa”, o Templo (incluído o “Santo dos Santos”, a Arca da Aliança, os átrios, a esplanada, o altar de incenso e o altar dos holocaustos), o palácio real e as casas da população urbana; os sacerdotes residindo em Jerusalém sucumbiram à espada. Os habitantes da capital de Judá foram exilados para Babilônia e o Estado de Israel foi extinto.

A destruição do Templo acabou com uma instituição espúria no setor da arquitetura em Israel. Pois a configuração do Templo provinha da Mesopotâmia e não se adaptou plenamente às funções litúrgicas em Israel nem nas cidades do interior, como, p. ex., no santuário de Betel, de Silo, de Samaria e alhures na Palestina. A razão está na diferença fundamental quanto à função da divindade. Ora, na Mesopotâmia se cultuava no Templo o deus tutelar do Estado, ao passo que, em Israel, Javé não se localizava no santuário porque era transcendente²¹. O Templo era mero símbolo para o Povo Eleito sob especial proteção de Deus. Em todos os povos antigos do Próximo Oriente existia o culto ao respectivo deus tutelar: Marduc dos babilônios, Assur dos assírios, Telepino dos hititas, Amon-Ra dos egípcios, Baal dos cananeus. Mas Javé não se deixava confinar dentro de fronteiras geográficas e políticas da Palestina. Seu

²⁰ A percepção mais lúcida das causas da destruição de Israel e de Judá, pelo Império Babilônio, juntamente com o exílio dos habitantes desses países para Mesopotâmia, é sem dúvida da autoria de D.J.E.M. Terra, *Os Profetas*, (Revista de Cultura Bíblica) Ed. Loyola, São Paulo, 2006, edição de estudos monográficos sobre os Profetas do AT.

²¹ Sabatino Moscati, *The Face of the Ancient Orient*, Anchor Book, Doubleday, Garden City, New York, 1962, p. 148).



domínio estendia-se pelo território das doze tribos israelitas, a Terra Prometida (Nm 34,3-12).

O centro cultural em Israel era o *altar dos holocaustos*, localizado na esplanada do Templo. O altar consistia numa pilha de pedras erguidas, encimada por uma laje (Esd 3,2,6). Hoje, encontra-se aí o local onde foram instaladas cinco arcadas com bicas para ablução dos muçulmanos, antes do início das orações na mesquita Al Aqsa²². Quanto à localização do *altar de incenso*, vejam-se os indícios no recinto do *debir*, o “Santo dos Santos” do Templo de Salomão, de Zorobabel e de Herodes.

Devido ao Exílio dos israelitas e judeus para Babilônia, originou-se a ideia do universalismo do domínio de Deus sobre o mundo, e os profetas pavimentavam o caminho para o universalismo religioso, quando os estrangeiros serão admitidos ao culto divino (Is 56,3^a.6-7; 60,3-14; 66,18-19).

A causa da conflagração nacional é mencionada nos livros históricos, proféticos, sapienciais (Lm) e nos Salmos (Sl 44; 80; 89). Um dos motivos da destruição de Jerusalém e do Templo foi atribuído por Jeremias à injustiça social²³, por ser uma infração da Aliança sagrada que exigia solidariedade para com os carentes e oprimidos. Entretanto, o que os profetas querem ressaltar é a importância da *comunidade ética* na sociedade e não tanto a punição divina pelas infrações, pelo descabro moral e pela violência dos governantes contra as classes oprimidas. O motivo da insistência na “justiça” é que os membros da *comunidade ética* devem conscientizar-se da prioridade de sua adesão a Deus; juntamente com os membros da *comunidade de fé* que são advertidos com os apelos para exercer a “justiça” no sentido de corrigir-se dos graves defeitos na prática da

²² A localização do antigo altar dos holocaustos está comprovada pela arqueologia, recentemente, em 2008. Nas escavações de uma galeria subterrânea desde o “Muro das Lamentações” em torno do antigo lugar dos holocaustos, os escavadores tiveram todo o cuidado para não atingirem o local do altar em linha perpendicular de baixo para cima. Se atingissem esse lugar, o rito dos sacrifícios teria que ser re-instaurado no judaísmo. Mas um rito de sacrifício cruento não seria viável, hoje em dia. O judaísmo teria que adotar um tipo de sacrifício incruento como no cristianismo.

²³ G. Dondici Vieira, *A Grande Ruína: Teologia e Pedagogia do Castigo Divino em Jr 1,11-6,30*. Juiz de Fora, 2008. “Deus fez que uma guerra catastrófica se abatesse sobre Jerusalém” (p.350). Retrospecto sobre o “Crime e Castigo”: Lição com sentido de correção, purificação e oportunidade para a regeneração ético-cultural de todo o povo (Conclusão p. 286-289).



religião, p. ex., o formalismo (sem o amor ao próximo) e o legalismo (sem adesão pessoal a Deus).

Porém, o motivo que tornou inevitável a ruptura da fé revelada com os parâmetros nacionalistas do judaísmo é, sem dúvida, a emancipação da religião das estruturas do Estado, que davam respaldo ao exclusivismo judaico e à discriminação entre judeus e os pagãos²⁴. A religião a serviço da honra de Deus e do aprimoramento dos seus fiéis visava sua expansão pelo mundo inteiro e, portanto, tinha que estar livre das amarras de uma coligação estatal que lhe impunha certas configurações de caráter oficioso: seja do respectivo sistema político, seja da função representativa dos ministros do culto nas cerimônias da corte, ou também, das procissões da Arca da Aliança para o campo de batalha. Assim, a separação entre a religião e o Estado desvinculava a religião como fonte legitimadora e sacralizadora de costumes e praxes estatais, que determinados grupos étnicos sempre impunham à coletividade.

Conclusão

A separação entre o Povo Eleito e o Estado teocrático de Israel foi obra do próprio Deus como *causa principal*, ao passo que a destruição de Jerusalém, com o Exílio da população israelita, é atribuída aos inimigos estrangeiros, como *causa instrumental*. O motivo da iniciativa de Deus é desvincular a religião revelada das amarras do nacionalismo e do estatismo nacionalista. A religião bíblica deve ser de âmbito mundial, por isso tinha que livrar-se da discriminação entre judeus e pagãos, como também do exclusivismo entre elites religiosas e maiorias relegadas às trevas do paganismo e ao obscurantismo da sociedade secularizada. Ora, as tensões de fundamentalismo judaico surgiram como reação às políticas expansionistas dos países dominantes, com a finalidade de salvaguardar a identidade da minoria religiosa em meio à maioria de outras crenças. Entretanto, essas maiorias tinham o respaldo do estatismo nacionalista do Império dominador (Assírio, Babilônio, Persa, Helenista, Romano). Mas, a

²⁴ É importante notar, que a separação entre comunidade de fé e sociedade civil não deve abolir a função da religião na vida pública, pois a religião é um fenômeno universal, assim como a arte e o direito. É que *a religião tem uma dimensão fundamental na vida humana e na história humana*; cf. M. Bolda da Silva, *Parâmetros de Fundamentação Moral*, Ed. Vozes, Petrópolis, 2005, p. 130.



religião bíblica não devia assumir a tutela de nenhuma nação hegemônica, primitiva ou moderna, servindo, porém, como princípio de base para as respectivas constituições da nação. No desígnio de Deus Salvador, todos os seres humanos são chamados à salvação e recebem os dons salvíficos pela comunidade de fé e pela comunidade ética sob o patrocínio de Deus.

O efeito dessa separação entre a religião bíblica e o Estado de Israel é a atuação das lideranças judaicas em favor das minorias das comunidades de fé israelita espalhadas pelo país, e alhures na Palestina e no estrangeiro. Haja vista a atividade pastoral dos profetas Jeremias, Ezequiel e Dêutero-Isaías, exercendo um papel importante na identidade religiosa e na solidariedade integrativa entre os israelitas exilados na Babilônia. Após o Exílio, foram retomadas as iniciativas que se mostraram beneméritas junto aos fiéis fora da pátria. Surgiu um novo *carisma* exercido pelos autores sapienciais, cuja atividade pastoral foi consignada por escrito em livros inspirados de insuperável esmero literário e verve artística, empolgando, até hoje, os poetas da literatura mundial. Nesses livros da Literatura Sapiencial da Bíblia encontramos reflexões teológicas influenciadas por uma espiritualidade visando viabilizar a religião como *apoio às minorias*. Manifesta-se aí uma mentalidade universalista, transcendendo os parâmetros do humanismo judaico e uma valorização de temas em voga nos diálogos à luz da espiritualidade bíblica. Nisso aparece a intenção de incentivar a prática da religião de Israel entre os judeus da diáspora, visto que os “Livros Sapienciais” eram compostos para os fiéis fora da região da Palestina. Seu fruto era tão extraordinário que os líderes judeus de Israel acharam por bem incluí-los na própria Bíblia. Para atender à finalidade própria no conjunto das Sagradas Escrituras, fizeram uma nítida distinção entre os livros da seção dos “Escritos” (*ketúbim*) da Bíblia. Pois se distinguem pelo respectivo enfoque, quer como reflexão teológico-pastoral (nos *Livros Sapienciais*), quer com finalidade litúrgica (nos *Salmos*).

Endereço do Autor:

Colégio Catarinense

Rua Esteves Júnior, 711

Cx. Postal 135

CEP 88015-130 Florianópolis, SC

E-mail: lstadelmann@hotmail.com